

# DECLARAÇÃO DAS CIDADES INCLUSIVAS

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES EDUCADORAS  
REDE TERRITORIAL PORTUGUESA DAS CIDADES EDUCADORAS



## DECLARAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES DA REDE TERRITORIAL PORTUGUESA DAS CIDADES EDUCADORAS QUE INTEGRAM O GRUPO TEMÁTICO CIDADES INCLUSIVAS

### 1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Grupo de Trabalho “Cidades Inclusivas” da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras, coordenado pelo município de Almada, integra 36 municípios portugueses e desenvolve atividade regular desde 2015. Esta é visível na participação em Congressos Nacionais, realização de encontros temáticos ou recenseamento e divulgação da atividade municipal em tornos dos eixos: “inclusão” e “cidades educadoras”.

No âmbito da sua atividade regular, desenvolveu e aprovou em 2022 uma **Declaração das Cidades Inclusivas**, que se divulga.

### 2. ENQUADRAMENTO

A nível internacional mantém-se a diferenciação acentuada entre países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento a nível do prosseguimento e conclusão de percursos escolares. De acordo com o Resumo do Relatório de Monitoramento da Educação da UNESCO apenas 18 dos jovens mais pobres concluem o segundo nível da educação secundária para cada 100 dos jovens mais ricos. Reconhece-se a insuficiência de monitorização dos que ficam para trás. Apesar da evolução favorável para a ultrapassagem das barreiras à inclusão, esta mantém-se predominante. De acordo com o mesmo relatório, os dados apresentam-se ainda preocupantes: “No caso dos estudantes com deficiência, as leis de 25% dos países (mas mais de 40% na Ásia e na América Latina e Caribe) preveem educação separada com ambientes diferentes: 10% para a integração e 17% para a inclusão; no restante, há ainda uma combinação de segregação e integração. Nos países da OCDE, mais de dois terços de todos os estudantes migrantes frequentam escolas em que pelo menos metade dos estudantes são migrantes.”<sup>1</sup>

Portugal posiciona-se na 38.<sup>a</sup> posição a nível mundial nas Tendências do Índice de Desenvolvimento Humano, 1990-2018, que constam do Relatório produzido pela ONU sobre o Desenvolvimento Humano, em 2020<sup>2</sup>. Apesar da evolução favorável de Portugal no quadro do desenvolvimento humano, constata-se ainda um percurso a desenvolver tendo em conta as oportunidades e as condições de vida de grupos sociais em condição vulnerável e de marginalização, o que estimula o estudo, a reflexão e a ação no quadro deste Grupo de Trabalho.

<sup>1</sup> Resumo do Relatório de Monitoramento Global da Educação, [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000373721\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000373721_por), 2020, UNESCO, p. 8

<sup>2</sup> Relatório do Desenvolvimento Humano 2020 A próxima fronteira: O desenvolvimento humano e o Antropoceno, 2020, ONU, [http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr\\_2020\\_overview\\_portuguese.pdf](http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2020_overview_portuguese.pdf),

As desigualdades geradas pelo contexto são determinantes ao percurso de vida individual e coletivo, as quais, na perspetiva de Pierre Bourdieu, são reproduzidas em ambientes educativos formais. Não existindo políticas geradoras de equidade não haverá alteração dos índices de desenvolvimento e permanecerá o desrespeito pela condição humana, colocando em causa a coesão social e o próprio funcionamento das instituições e em última instância dos estados.

Há novas desigualdades que agravam as já instaladas, muitas delas, endógenas a alguns contextos, como sejam as que derivam dos contextos de guerra, das alterações climáticas, do acesso às tecnologias ... a que crescem o agravamento de outras por via da escala dos acontecimentos como sejam o acesso à saúde (a COVID-19 tem vindo a demonstrar a desigualdade no acesso à educação ou aos cuidados de saúde e exponencia as desigualdades sociais) ou a desigualdade que muitos migrantes sofrem, umas geradas pelo contexto inicial de vida e outras acumuladas pela migração voluntária ou forçada a que foram sujeitos.

Se atendermos aos números de 2019 (agosto) verificamos que cerca de 1,3 mil milhões de pessoas vivem em pobreza extrema, o que equivale a um quarto da população mundial. Mais de mil milhões de pessoas apresentam alguma forma de deficiência (15% da população mundial).<sup>3</sup>

Alguns números extraídos do Relatório do Desenvolvimento Humano 2019<sup>4</sup> justificam o compromisso das cidades educadoras com a Inclusão dos seus habitantes:

- A diferença ao nível da esperança de vida à nascença entre os países com um grau baixo e muito elevado de desenvolvimento humano é ainda de 19 anos.
- Cerca de 42 por cento dos adultos concluíram o ensino primário nos países com um baixo nível de desenvolvimento humano, em comparação com 94 por cento nos países com um nível muito elevado de desenvolvimento humano.
- Apenas 3,2 por cento dos adultos possuem um grau de ensino superior nos países com um baixo nível de desenvolvimento humano, em comparação com 29 por cento nos países desenvolvidos.
- Quanto ao acesso à tecnologia, os países em vias de desenvolvimento têm 67 assinaturas de telemóveis por cada 100 habitantes, metade do número dos países com um nível muito elevado de desenvolvimento humano.

A atual pandemia provocada pela COVID-19 tem tido impacto no emprego e no rendimento das famílias influenciando negativamente as condições de vida das populações.

<sup>3</sup> <http://onuhabitat.org.mx/index.php/solucoes-inovadoras-para-cidades-inclusivas>

<sup>4</sup> Relatório do Desenvolvimento Humano 2019 Além do rendimento, além das médias, além do presente: Desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI, 2020, ONU, p.7, [http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr\\_2019\\_pt.pdf](http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2019_pt.pdf)

• As estimativas da OIT apontam para um cenário máximo de 24,7 milhões. O estudo estima que essas perdas fiquem entre US\$ 860 biliões e 3,4 triliões até o final de 2020. Isso traduzirá quedas no consumo de bens e de serviços. A OIT estima que entre 8,8 milhões e 35 milhões de pessoas estarão trabalhando em situação de pobreza em todo o mundo, em comparação com a estimativa original para 2020, que previa uma diminuição de 14 milhões<sup>5</sup>.

- Em Portugal, os dados relativos a 2019, apontavam uma taxa de desemprego global na ordem dos 6,5%, estando a maior percentagem concentrada nos menores de 25 anos, com 18,3%.
- Relacionando estas percentagens com o nível de escolaridade dos desempregados, estas são superiores nos grupos que não apresentam escolaridade (9,1%) ou detêm o secundário e pós secundário (7,2%)<sup>6</sup>. Dados preliminares apontam para um aumento de 30% de inscritos nos centros de emprego nos primeiros seis meses do ano.<sup>7</sup>

No entanto, e anteriormente a este ciclo pandémico, alguns indicadores apresentavam alguma melhoria na diminuição da pobreza extrema, na taxa de mortalidade infantil, na proporção de pessoas a viverem em bairros urbanos muito pobres e progressos no acesso à saúde, à eletricidade e ao alcance de algumas metas definidas na Agenda 2030 para a igualdade do género.<sup>8</sup>

Apesar desta evolução positiva, mantém-se a tendência de não cumprimento das metas aprovadas para 2030, as quais serão agravadas pela involução em resultado do quadro pandémico mundial.

### A importância das políticas inclusivas

A nível mundial, a importância das cidades mantém a sua acuidade. De acordo com a ONU estima-se que haja em 2050 um crescimento para 68% da população residente nas cidades. Atualmente há 33 cidades com 10 milhões de habitantes e pelo menos 8 cidades com cerca de 20 milhões de habitantes, o que coloca as questões do planeamento, da acessibilidade aos recursos, da sustentabilidade, da coesão e da inclusão na Agenda da governação.<sup>9</sup>

No entanto, este não é um fenómeno linear, pois enquanto aumentam as grandes metrópoles e o fenómeno de urbanização, noutras cidades começa a verificar-se o decréscimo da população e o seu envelhecimento com as implicações urbanísticas, económicas e sociais que isso implica.

<sup>5</sup> <https://unric.org/pt/oit-novo-coronavirus-pode-causar-perda-de-25-milhoes-de-postos-de-trabalho/>;

<sup>6</sup> <https://www.pordata.pt/Subtema/Portugal/Emprego-10>

<sup>7</sup> <https://expresso.pt/economia/2020-09-23-Covid.-Desemprego-aumentou-mais-de-50-em-35-concelhos-do-pais>

<sup>8</sup> Rede para o desenvolvimento. 2020. Os Municípios e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Manual de Ação local para a Transformação Global. <https://www.imvf.org/2020/04/14/conheca-o-estudo-rumo-a-2030-os-municipios-e-os-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>

<sup>9</sup> <https://inovasocial.com.br/inova/criando-cidades-mais-inclusivas/>

Por outro lado, as transformações e o crescimento das sociedades, cada vez mais urbanas, têm gerado, por via da globalização económica, das mudanças tecnológicas, das alterações das estruturas sociais, dos problemas climáticos e ambientais, situações de exclusão que pela sua extensão e magnitude, Saskian Sassen (2015)<sup>10</sup> designa de “Expulsões”, ou seja, geram novas formas de exclusão que vão engrossando o grupo do pobres, dos que não têm emprego e dos que têm emprego mas que se mantêm neste grupo, dos que não conseguem viver com o mínimo de dignidade e a que os sistemas instituídos não conseguem garantir os direitos básicos.

A este grupo, que sofre o impacto dos problemas mais estruturais, poder-se-ão juntar novos grupos da classe média que deixam de ter rendimentos, os artistas que deixam de ter trabalho, os pequenos comerciantes que perdem o seu meio de sustento, as famílias que perdem as suas casas por dificuldades financeiras, as transformações dos processos de trabalho que levam a grandes níveis de precariedade laboral no contexto na transformação dos processos de produção, de consumo. Ou seja, a magnitude dos problemas de exclusão torna emergente a necessidade de se repensarem os modelos clássicos de remediação ou de apoio assistencial, considerando que nos encontramos no limiar de alteração dos paradigmas sociais.

A complexidade do problema remete para uma dimensão muito dinâmica e multifatorial dos processos de exclusão que numa perspetiva integral, apresentada por Subirats (2004)<sup>11</sup>, está presente em múltiplos âmbitos da vida social: económico, laboral, formativo, sócio sanitário, residencial, relacional, participação e cidadania.

A complexidade e a diversidade de situações que podem gerar exclusão social está no facto dos fatores enumerados gerarem “contágio” entre si, sendo que uns podem reforçar outros. Neste sentido, as intervenções mais globais, porque interferem com vários fatores em simultâneo, parecem alcançar efeitos mais duradouros e de maior empoderamento na vida das pessoas e das comunidades.

O que se verifica, e é um registo para o qual chamam à atenção os estudiosos destes fenómenos, é que se geram desigualdades de vários tipos e em vários graus, pelo que se multiplicam as exclusões e podem mesmo observar-se situações que são simultaneamente de exclusão e de inclusão (Robles, 2000)<sup>12</sup>, como existem na atualidade múltiplos exemplos: pessoas altamente qualificadas mas que estão no desemprego, pessoas que vivem em habitações com qualidade mas que não têm meios para suportar as despesas, ou seja os indivíduos podem estar parcialmente incluídos e parcialmente excluídos e ao longo das suas vidas experimentarem múltiplas formas de exclusão e múltiplas formas de inclusão.

10 Sassen, S. (2015). Expulsiones – Brutalidad Y Complejidad en la Economía Global. Kats Editores.

11 Subirats, J. (2004). Pobreza i exclusió social. Una anàlisi de la realitat espanyola i europea. Fundacio “La Caixa” nº 16.

12 Robles, F. (2000). El desaliento inesperado de la modernidade. Molestias, irritaciones y frutos amargos de la sociedad del riesgo. Ediciones Sociedad Hoy.

Neste quadro a inclusão, enquanto conceito e enquanto prática, tem vindo a ganhar uma multidimensionalidade que deriva da resposta a novas necessidades que em diferentes áreas se têm colocado. No texto de Aldaíza Sposati<sup>13</sup> em diálogo com Boaventura Sousa Santos a inclusão social é definida como uma nova forma de encarar a cidadania, que implica uma visão mais ampla que não se restrinja apenas ao acesso aos bens essenciais, mas que implique a noção de dignidade humana fundada nos direitos fundamentais de autonomia, de qualidade de vida, de desenvolvimento humano, de equidade, de cidadania, de democracia e de felicidade a que todos devem ter acesso.

Na procura constante de melhores níveis qualidade de vida as ações levadas a cabo nas nossas comunidades têm procurado resolver situações concretas e com algum carácter de emergência e em simultâneo contribuir para um desenvolvimento mais sustentável, mais humanista, mais equilibrado que através do desenho das políticas públicas e da mobilização da sociedade contribuam para a prevenção e mitigação dos fenómenos de exclusão.

Os grandes desafios que se colocam hoje vão no sentido de se gerarem novas políticas de acesso a outros mecanismos de desenvolvimento humano que facilitem a autonomia e o empoderamento dos grupos mais vulneráveis (Subirats, 2004). Estas políticas para terem eficácia não podem colocar o problema apenas no indivíduo, intervindo exclusivamente sobre os excluídos, devendo incidir sobre as causas que estão na origem dos processos de exclusão. Castel (1995)<sup>14</sup> considera que as políticas clássicas, exclusivamente assistencialistas, não conseguem responder aos problemas da atualidade, pois o deficit não está apenas nas pessoas que não conseguem integrar-se, mas nas sociedades que não conseguem dar-lhe oportunidades.

Como está patente na atual pandemia as vulnerabilidades e as desigualdades agravam-se e sobre as quais já apresentamos alguns dados, ficando muito patente a necessidade de afrontar os problemas com uma gravidade extrema com soluções que não sejam apenas sectoriais mas que procurem articular as diferentes áreas que devem constituir políticas mais globais e mais integradas sobre os problemas que afetam as populações e as organizações.

### O papel dos Municípios

As transformações ao nível económico e social implicam um pensamento crítico e uma reflexão que permita interpretar, explicar e compreender a realidade para se poder intervir nela. Os Municípios pela proximidade que têm com as pessoas, com a comunidade, com as instituições, com as empresas, estão, particularmente, bem posicionados para esta nova abordagem aos problemas e ao desenvolvimento sustentável, promovendo uma intervenção

13 Sposati, A. (2001). Movimentos Utópicos da Contemporaneidade: Diálogo com Boaventura de Sousa Santos. Revista Educação, Sociedade & Cultura, nº 16, 5-43

14 Castel, R. (1995). Les Metamorphoses de la Question Social. Fayard



polivalente que promova a educação, o emprego, a solidariedade, o acesso aos bens e aos serviços, o estímulo ao trabalho em rede e à cooperação, fomentando as capacidades das pessoas, a sua autonomia, o seu nível de participação e a tomada de consciência da importância da conjugação de esforços para alcançar maiores níveis de felicidade e bem-estar.

Tem estado bem patente alguns dos princípios de ação que se têm seguido para lidar com estas situações e que procuram, de várias formas, estimular a inclusão e coesão social. Desde logo a ativação de mecanismos de proteção aos mais desfavorecidos e aos mais atingidos pelas crises, diminuindo as desigualdades pela repartição e manutenção dos níveis de acesso aos bens públicos. A segurança laboral tem sido outro princípio fundamental nas políticas inclusivas, pois o trabalho remunerado é condição de dignidade e uma das primeiras necessidades para que qualquer pessoa possa manter a sua qualidade de vida, liberdade e identidade.

A educação como um bem público de acesso universal é outra área das políticas públicas primordiais para garantir o desenvolvimento individual e coletivo, os processos de socialização e a satisfação de necessidades biopsicológicas que são a base da vida de cada pessoa e coesão das comunidades. Por outro lado, a educação assume-se como uma estratégia que influencia todos os processos de inclusão quer na escola, quer na comunidade, quer na sociedade em geral, pelo que desempenha um papel central nas sociedades contemporâneas. A riqueza e a diversidade dos projetos de educação informal e não formal são bem o testemunho do empenho que as comunidades locais têm colocado neste desígnio de fazer da educação uma estratégia de intervenção para a inclusão em que todos podem e devem participar.

O respeito pela diversidade humana, nos seus múltiplos domínios é um fator que tem sido utilizado para reforçar a dimensão dos Direitos Humanos de modo a que todos possam ter a mesma dignidade perante a Lei, tendo as mesmas oportunidades económicas, culturais, educacionais, sociais e políticas. No caminho da inclusão dever-se-á continuar a dar a maior das atenções às causas do respeito pela diversidade: cultural, de género, de opções sexuais, étnicas, funcional, de nacionalidades, de línguas, etc.

Nos contextos socioeconómicos mais difíceis os problemas sociais tornam-se mais críticos: a pobreza, o desemprego e outras formas de exclusão, pelo que ganham ênfase as soluções que decorrem da economia solidária como formas alternativas de enfrentar as situações de maior vulnerabilidade. Os projetos locais de atração de investimento, de empreendedorismo e de fixação da população, bem como o estímulo à economia alternativa, devem visar o reforço da justiça, da equidade e da sustentabilidade.

Finalmente, mas não menos importante, de salientar, na cidade inclusiva, os processos de participação como um direito fundamental que deve estar presente na vida das comunidades e nos processos de governança. O exercício dos direitos políticos, o exercício da cidadania, a participação na vida coletiva, o envolvimento na vida associativa, a discussão dos problemas

e das soluções como formas de contribuir para o bem comum. Em situações mais difíceis e mais complexas é muito importante impulsionar as dinâmicas da cidadania, reforçando a igualdade de oportunidades, a democracia, a coresponsabilidade e a autonomia das comunidades.

As cidades portuguesas que constituem a Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras têm posto em prática este conjunto de princípios e ações no sentido de construir processos de desenvolvimento mais inclusivos. Como chama a atenção Fortuna (2020)<sup>15</sup> as cidades têm um hardware que são as suas infraestruturas, os aspetos materiais, as edificações que garantem as diversas funcionalidades e um software que é a sua diversidade estrutural, funcional dos espaços públicos, dos bairros e que introduzem um salutar efeito de diversidade, entendendo a cidade como um sistema aberto (Sennet, 2018)<sup>16</sup> em que os valores diversos de sociedade, cultura, religião, etnia e ambiente coabitam em mútua relação.

Uma questão central e da máxima atualidade, que exige a mobilização de conhecimento e de massa crítica para uma discussão multidisciplinar, é acerca do modo como podem transformar-se as nossas cidades, pois é reconhecido que as cidades para além de gerarem oportunidades económicas e sociais, redes de recursos e tecnologia, trocas e fluxos de comunicação e de conhecimento, geram, simultaneamente, profundas desigualdades e modos de vida que põe em causa os mais elementares direitos humanos.

Esta necessidade de mudança ficou muito patente no manifesto de Henri Lefebvre<sup>17</sup> – O Direito à Cidade. A noção de “direito à cidade” tem sido apropriada pelos vários movimentos sociais com intervenção ao nível da transformação da realidade urbana, pois é muito nítida a conceção de Lefebvre, e muito atual, de que a cidade e a sua qualidade vão muito para além das suas condições estéticas, físicas ou arquitetónicas, sendo determinantes a vida social, as práticas sociais, as políticas desenvolvidas, a coesão das comunidades e a capacidade de pensar e construir coletivamente um lugar para a vida humana.

Esta conceção de cidade aberta e inclusiva que se renova, que precisa da mobilização dos cidadãos e da cidadania encontra pontos muito fortes de contacto com a letra e com o espírito da Carta das Cidades Educadoras que tem orientado o nosso trabalho e que queremos prosseguir e aprofundar como um compromisso político que incorpore ações abrangentes e a tomada de consciência dos indivíduos e das comunidades acerca da defesa de uma sociedade mais justa.

15 Fortuna, C. (2020). Cidades e Urbanidades. Imprensa de Ciências Sociais.

16 Sennett, R. (2018) – Construir y habitar. Anagrama.

17 Lefebvre, H. (2012). O Direito à Cidade. Estúdio e Livraria Letra Livre.

**MUNICÍPIOS PORTUGUESES DA REDE TERRITORIAL  
PORTUGUESA DAS CIDADES EDUCADORAS QUE  
INTEGRAM O GRUPO TEMÁTICO CIDADES INCLUSIVAS**

- 1 - CÂMARA MUNICIPAL DE ALMADA
- 2 - CÂMARA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA
- 3 - CÂMARA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ



1



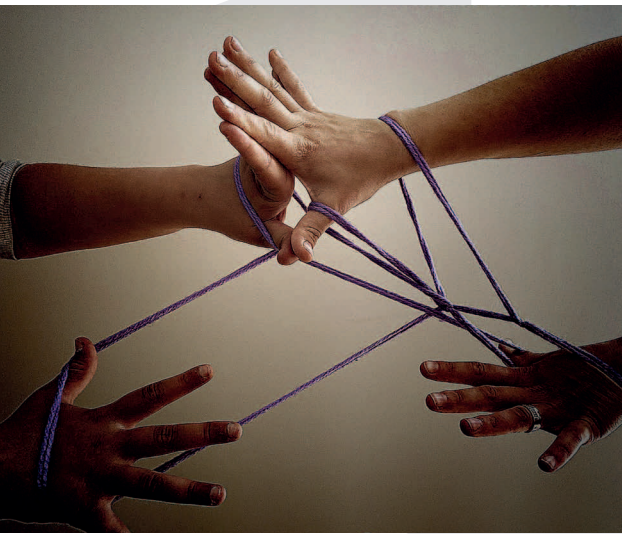
2



3



4 - CÂMARA MUNICIPAL DE ANADIA  
5 - CÂMARA MUNICIPAL DE BARCELOS  
6 - CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS



4



5



6

7 - CÂMARA MUNICIPAL DA COVILHÃ  
8 - CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA  
9 - CÂMARA MUNICIPAL DO FUNDÃO  
10 - CÂMARA MUNICIPAL DE GONDOMAR



7



8



9



10



11 - CÂMARA MUNICIPAL DE MATOSINHOS  
12 - CÂMARA MUNICIPAL DE ODEMIRA  
13 - CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

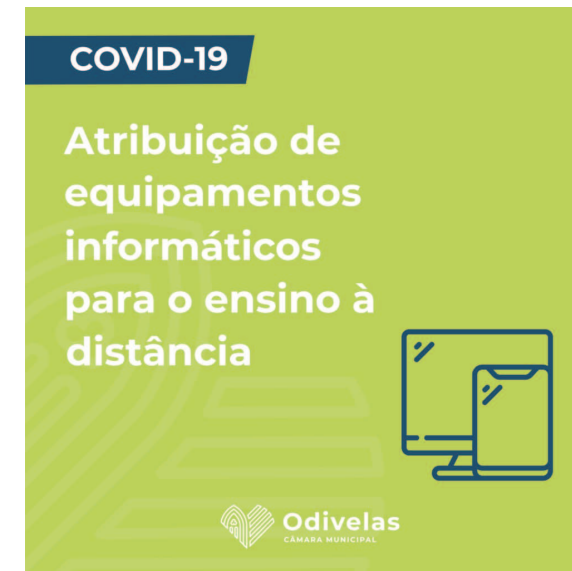


11



12

14 - CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS  
15 - CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DA FEIRA



13



14



15



16 - CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO  
17 - CÂMARA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO  
18 - CÂMARA MUNICIPAL DE VALONGO



16



17



19



18



20

19 - CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FAMALICÃO  
20 - CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VERDE

**DECLARAÇÃO DAS CIDADES INCLUSIVAS  
SUBSCRITA PELOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES  
QUE FAZEM PARTE DO GRUPO DE TRABALHO DAS  
CIDADES INCLUSIVAS DA REDE TERRITORIAL  
PORTUGUESA DAS CIDADES EDUCADORAS**

Respeitando este conceito de cidade aberta e inclusiva e os pressupostos expressos no texto de enquadramento os municípios que integram o Grupo de Trabalho das Cidades Inclusivas comprometem-se a:

**1. APROFUNDAR O CONCEITO DE CIDADE INCLUSIVA**

Espaço(s) onde todos, independentemente da sua condição etária, física e psíquica e dos seus contextos sociais, económicos, culturais, de identidade e género estão dotados de capacidades para participar plenamente e em igualdade de circunstâncias nas oportunidades sociais, culturais, económicas, políticas e digitais, identidade de género e outras que as cidades têm para oferecer ou de proporcionar instâncias de participação na promoção de medidas de desenvolvimento humano.

**2. TORNAR AS CIDADES E AS COMUNIDADES INCLUSIVAS, SEGURAS, RESILIENTES E SUSTENTÁVEIS**

Respeitar e promover o alcance das metas estabelecidas na Agenda 2030. As políticas urbanas e de gestão sustentável dos territórios têm ligações a todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Estas políticas devem promover a participação, a integração, a resiliência e a sustentabilidade. As cidades têm grande potencial transformador e podem afirmar-se como polos promotores do desenvolvimento integral.

**3. ELEVAR AS CONDIÇÕES DE VIDA DAS PESSOAS E COMUNIDADES**

Conceber e implementar programas e medidas que respeitem e promovam as pessoas e as comunidades no exercício pleno da sua cidadania, através da criação e apoio à melhoria das condições de vida (habitação, educação, saúde, emprego, lazer ...), disponibilização de serviços e apoio à criação de condições de vida digna, respeitar e promover a diversidade cultural, de género, religiosa ou outra, criar e desenvolver instâncias de participação cidadã, que reforcem as condições de representação democrática e alarguem as redes facilitadoras do desenvolvimento e da coesão social.

Delinear e desenvolver políticas de captação e distribuição dos recursos em que sejam respeitados os direitos políticos, sociais, identitários e culturais dos cidadãos, (re)repensando os sistemas, as estruturas e os meios para alcançar este objetivo do desenvolvimento dos territórios.



Contribuir localmente para criar um novo modelo de desenvolvimento global mais sustentável e inclusivo, contribuindo para acabar com a pobreza e outras formas de exclusão, promovendo a prosperidade e o bem-estar de todos, combater as alterações climáticas, proteger o ambiente e regenerar os ecossistemas.

#### **4. PROMOVER A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ**

Proporcionar oportunidades de participação social e democrática, numa perspetiva inclusiva, intercultural e intergeracional, com recurso a metodologias verdadeiramente representativas e recorrendo a tecnologias inovadoras em paralelo com a dimensão comunitária.

Devem estimular a participação cidadã com a utilização dos canais e códigos adequadas à diversidade das populações da cidade, reconhecendo o papel das tecnologias, quer do ponto de vista educativo, quer da promoção da difusão da informação e da transparência.

Desenvolver e apoiar programas que salvaguardem a equidade de acesso aos recursos das cidades aos grupos vulneráveis, minoritários ou em perda de autonomia por razões de natureza de género, raça, idade, religião, cultura, deficiência ... com o objetivo de salvaguardar o exercício pleno da sua cidadania.

#### **5. RESPEITAR E VALORIZAR A DIVERSIDADE E A INCLUSÃO SOCIAL**

Promover o respeito e a valorização da diversidade e a inclusão social, como princípios que conduzem a uma cidade onde há lugar para todos e onde cada um tem o seu lugar, criando metodologias e instâncias de participação dos cidadãos e das instituições, com ganhos para cada um dos seus membros, para a coesão social e autonomia das populações na procura das soluções para o melhor desenvolvimento das cidades.

Estimular os valores e as práticas que garantam a mitigação das desigualdades decorrentes da classe social, origem, etnia, género, idade, orientação sexual, diversidade social ou outras.

#### **6. EMPODERAR E APOIAR AS PESSOAS NA SUA DIVERSIDADE FUNCIONAL**

A transformação e a gestão da cidade deverão seguir princípios de promoção da inclusão em termos dos serviços que oferece, das acessibilidades, da comunicação, da educação, do emprego, da habitação, da saúde, da socialização, evitando por todos os meios a exclusão e a guetização dos grupos mais vulneráveis.

Dever-se-á dar particular atenção ao acesso universal a serviços e aos espaços públicos, favorecendo, deste modo, a participação plena na vida e nas oportunidades que a cidade oferece.

#### **7. IMPLEMENTAR E APOIAR A EDUCAÇÃO PERMANENTE E A APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA**

Criar oportunidades e medidas de acesso à educação e formação, ao longo da vida, orientadas para a promoção do conhecimento, a elevação das aprendizagens e desenvolvimento de competências essenciais ao exercício da cidadania na sua multidimensionalidade. Incentivar e apoiar as instituições educativas e outras organizações da comunidade a desenvolver projetos educativos que centrem a sua ação nas comunidades em que se integram, intervindo como agentes de mudança.

Integrar intencionalidade educativa em toda a ação municipal e nas políticas definidas e aprovadas para os seus territórios, promovendo as condições de liberdade e igualdade no acesso aos meios e oportunidades de formação.

#### **8. DESENVOLVER MEDIDAS E PROGRAMAS NA ÁREA DA ECONOMIA E EMPREGO**

Estimular e apoiar processos de desenvolvimento que possam contribuir de forma sustentável para a criação de projetos sustentáveis de desenvolvimento, que estimulem a atração do investimento, a promoção do empreendedorismo, fixação da população e induzam- estímulos para uma economia circular e sustentável, que garanta a inclusão de todos, independentemente das suas condições e contextos.

#### **9. INCREMENTAR PROJETOS E AÇÕES QUE VALORIZEM A CULTURA E PROPORCIONEM FELICIDADE E BEM-ESTAR**

Respeitar e incentivar as diversas formas de expressão cultural, estimulando a sua produção e fruição, através da participação cidadã e criando oportunidades de acesso às pessoas de condição de maior vulnerabilidade e/ou de minorias que não têm espaço de expressão cultural.

Privilegiar a diversificação de oportunidades para a promoção e usufruto dos tempos livres e de lazer.

#### **10. GARANTIR O ACESSO À INFORMAÇÃO E ÀS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

Criar as condições para o acesso à informação a todos os cidadãos como condição básica para a sua participação efetiva na vida comunitária, disponibilizando os meios e os recursos nos diversos suportes e aumentando os níveis de literacia digital nos grupos info-excluídos.

## 11. PROMOVER A COOPERAÇÃO E O TRABALHO EM REDE

São elementos fundamentais para o desencadear de processos inclusivos, como forma de mobilizar os recursos disponíveis nas cidades, desenvolvendo projetos integrados e articulados que envolvam as comunidades, as associações, as escolas, as empresas, os cidadãos e os vários níveis da administração local e central.

Promover e apoiar o associativismo e outras formas de cooperação e de trabalho em rede, numa perspetiva de corresponsabilização cívica e de colaboração, valorizando os processos de cidadania e afirmando os valores democráticos.

## 12. DAR CONTINUIDADE AO TRABALHO DO GRUPO TEMÁTICO CIDADES INCLUSIVAS

Cooperar e alargar a sua composição e âmbito de intervenção de modo a influenciar as políticas que os municípios promovem no âmbito da inclusão e no respeito pela Carta das Cidades Educadoras, de que são subscritores.

COORDENAÇÃO:

**Câmara Municipal de Almada**

GRUPO DE TRABALHO CONSTITUÍDO POR:

**Câmara Municipal de Albufeira**  
[www.cm-albufeira.pt](http://www.cm-albufeira.pt)

**Câmara Municipal de Almada**  
[www.cm-almada.pt](http://www.cm-almada.pt)

**Câmara Municipal de Alenquer**  
[www.cm-alenquer.pt/](http://www.cm-alenquer.pt/)

**Câmara Municipal de Alfândega da Fé**  
[www.cm-alfandegadafe.pt](http://www.cm-alfandegadafe.pt)

**Câmara Municipal de Amadora**  
[www.cm-amadora.pt](http://www.cm-amadora.pt)

**Câmara Municipal de Anadia**  
[www.cm-anadia.pt](http://www.cm-anadia.pt)

**Câmara Municipal de Barcelos**  
[www.cm-barcelos.pt](http://www.cm-barcelos.pt)

**Câmara Municipal de Cascais**  
[www.cm-cascais.pt](http://www.cm-cascais.pt)

**Câmara Municipal da Covilhã**  
[www.cm-covilha.pt](http://www.cm-covilha.pt)

**Câmara Municipal de Évora**  
[www.cm-evora.pt](http://www.cm-evora.pt)

**Câmara Municipal de Fafe**  
[www.cm-fafe.pt](http://www.cm-fafe.pt)

**Câmara Municipal do Fundão**  
[www.cm-fundao.pt](http://www.cm-fundao.pt)

**Câmara Municipal de Gondomar**  
[www.cm-gondomar.pt](http://www.cm-gondomar.pt)

**Câmara Municipal de Lagoa**  
[www.lagoa-acoresh.pt](http://www.lagoa-acoresh.pt)

**Câmara Municipal de Loulé**  
[www.cm-loule.pt](http://www.cm-loule.pt)

**Câmara Municipal de Lousada**  
[www.cm-lousada.pt](http://www.cm-lousada.pt)

**Câmara Municipal de Matosinhos**  
[www.cm-matosinhos.pt](http://www.cm-matosinhos.pt)

**Câmara Municipal de Miranda do Corvo**  
[www.cm-mirandadocorvo.pt](http://www.cm-mirandadocorvo.pt)

**Câmara Municipal de Odemira**  
[www.cm-odemira.pt](http://www.cm-odemira.pt)

**Câmara Municipal de Odivelas**  
[www.cm-odivelas.pt](http://www.cm-odivelas.pt)

**Câmara Municipal de Oeiras**  
[www.oeiras.pt](http://www.oeiras.pt)

**Câmara Municipal de Paredes**  
[www.cm-paredes.pt](http://www.cm-paredes.pt)

**Câmara Municipal de Pombal**  
[www.cm-pombal.pt](http://www.cm-pombal.pt)

**Câmara Municipal de Porto de Mós**  
[www.municipio-portodemos.pt](http://www.municipio-portodemos.pt)

**Câmara Municipal de Santa Maria da Feira**  
[www.cm-feira.pt](http://www.cm-feira.pt)

**Câmara Municipal de Santarém**  
[www.cm-santarem.pt](http://www.cm-santarem.pt)

**Câmara Municipal de Santo Tirso**  
[www.cm-stirso.pt](http://www.cm-stirso.pt)

**Câmara Municipal de São João da Madeira**  
[www.cm-sjm.pt](http://www.cm-sjm.pt)

**Câmara Municipal de Sesimbra**  
[www.sesimbra.pt](http://www.sesimbra.pt)

**Câmara Municipal de Silves**  
[www.cm-silves.pt](http://www.cm-silves.pt)

**Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço**  
[www.cm-sobral.pt](http://www.cm-sobral.pt)

**Câmara Municipal de Soure**  
[www.cm-soure.pt](http://www.cm-soure.pt)

**Câmara Municipal de Torres Verdras**  
[www.cm-tvedras.pt](http://www.cm-tvedras.pt)

**Câmara Municipal de Valongo**  
[www.cm-valongo.pt](http://www.cm-valongo.pt)

**Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão**  
[www.famalicao.pt](http://www.famalicao.pt)

**Câmara Municipal de Vila Verde**  
[www.cm-vilaverde.pt](http://www.cm-vilaverde.pt)

[www.edcities.org/rede-portuguesa](http://www.edcities.org/rede-portuguesa)

[www.cm-almada.pt/viver/educacao/almada-cidade-educadora](http://www.cm-almada.pt/viver/educacao/almada-cidade-educadora)



# MUNICÍPIOS PORTUGUESES DA REDE TERRITORIAL PORTUGUESA DAS CIDADES EDUCADORAS QUE INTEGRAM O GRUPO TEMÁTICO CIDADES INCLUSIVAS

